



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: MÁRIO COVAS NETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA (PL-311/14)

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Declaro abertos dos trabalhos da 18ª audiência pública que a Comissão de Administração Pública realiza no ano de 2014.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo pelo endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link auditórios online.

Esta audiência pública foi requerida pela Associação dos Administradores Municipais, Adam, Federação das Associações Sindicais e Profissionais dos Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, Fasp; Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Públicos do Estado de São Paulo, Ipesp; Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo, através do requerimento nº. 42 de 2014, de autoria deste Vereador, aprovado em reunião ordinária em 29 de outubro, por esta Comissão de Administração Pública, para discutir o PL 311/2014, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a criação do quadro dos profissionais de gestão governamental QPGG e das carreiras de Auditor Municipal de Controle Interno, AMCI, e de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, APPGG, bem como institui o respectivo regime de remuneração por subsídio.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 29 de outubro de 2014 e no dia 05 de novembro no jornal *O Estado de São Paulo* e dia 05 de novembro na *Folha de S. Paulo*.

Foram convidados para esta audiência pública os Vereadores desta Casa, a Sra. Leda Maria Paulani, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, representada pelo Sr. Christy Ganzert Gomes Pato, Chefe do Gabinete em Sempla; o Sr. Francisco Macena da Silva, Secretário Municipal de Governo; Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico; Luis Fernando Massonetto, Secretário de Negócios Jurídicos; Sr. Robson S. Barreirinhas, Procurador Geral do Município; Sra. Márcia de Oliveira, Presidente da Associação dos Administradores Municipais; Sr. Enéas Arruda Campos, Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo; Sr. Maurílio Chiaretti, Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo; Sr. Manoel do

Nascimento Veríssimo, Presidente da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo.

Anuncio a presença do Vereador Gilson Barreto e, antes de passar a palavra aos inscritos, peço a mesma dinâmica de outras reuniões falando um favoravelmente e outro contrariamente, para que todos possam ser ouvidos.

As inscrições estão abertas com a Secretaria desta Comissão.

Peço que fale primeiro o Sr. Cristian que pode fazer uma explanação sobre o assunto e, depois, as pessoas podem se manifestar livremente.

Hoje parece que a situação de conflito é menor.

**O SR. CRISTIAN** – Boa tarde a todas e a todos.

Vou fazer uma explanação rápida e apenas sobre algumas questões que várias entidades, em conversas que tivemos, levantaram questionamentos até para terem um panorama mais amplo do sentido da criação dessas duas novas carreiras dentro do Município de São Paulo.

A primeira questão importante a ser levantada sobre a carreira de Analista de Gestão Pública e Governamental é que não é uma carreira nova dentro dos entes federativos. No Governo Federal, já há algum tempo, se tem a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; em vários Estados e Municípios também já têm essa carreira. Alguns Municípios que já possuem carreiras de gestor, abreviadamente falamos, mas sempre adotam a nomenclatura de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental: Sorocaba, São José dos Campos, São Carlos, Leme, Guararema, Camaçari, Vila Velha, Cuiabá, Várzea Grande, Rio Largo, Penedo, Fraiburgo, Belo Horizonte, São Gonçalo, Petrópolis, Itaguaiana, Estância, Cândido Abreu, Carajás, Porto Nacional, Natal, Itaguari, dentre algumas das principais. Nos Estados, têm-se, principalmente, o Estado de São Paulo, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Espírito Santo.

Falo isso porque várias entidades questionam se não haveria conflito de competências. Só o fato de vários entes federativos terem criado carreiras específicas já denota que não há conflito de competências.

São discussões distintas, as atribuições que são colocadas para o Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental dão conta de aspectos mais amplos do que é a participação na gestão de políticas públicas. Inclusive, se se pega o plano de cargos, carreiras e salários atual da Prefeitura, com seus vários segmentos e disciplinas, lembrando que ele tem aqueles 5 cargos largos: Especialista em Administração Orçamento e Finanças; Especialista em Meio Ambiente; Especialista em Formação Técnica, Culturais e Desportivas; Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social e Especialista em Desenvolvimento Urbano.

Dentro de cada uma delas há uma série de disciplinas. Todas as atribuições colocadas dentro dessas disciplinas que estão no texto da lei são afetas à área de atuação, do Engenheiro, do Arquiteto, do Economista, do Estatístico e assim por diante.

As atribuições do Gestor não são afetas a uma área específica do conhecimento tal como foram feitas em outros entes federativos - seja no Estado, seja na União, o modelo para a Prefeitura -, mas têm a ver com uma interdisciplinaridade que permite, portanto, uma colocação dentro do corpo público gestor distinta. Inclusive, isso a gente pode ver hoje.

A Prefeitura de São Paulo tem hoje um corpo de muitos Gestores Federais emprestados, porque se sentiu a necessidade de algum tipo de alinhamento de amarra das políticas públicas que deveria ter uma formação mais ampla e interdisciplinar.

Essa formação mais ampla e interdisciplinar é que dá conta dessa distinção de competências.

Com relação à carreira do Auditor Municipal de Controle Interno também há uma série de controvérsias no sentido de que já está previsto nas atribuições dentro do TCM, do Auditor Fiscal Tributário. Essa é uma discussão absolutamente consolidada também. Não é uma invenção da Prefeitura. É um modelo consolidado na União e consolidado

internacionalmente.

O controle interno é absolutamente distinto do que é o papel do controle propiciado pelo TCM. Da mesma forma, o Auditor Fiscal Tributário Municipal não tem as mesmas atribuições que estão sendo debatidas para a carreira de Auditor Municipal de Controle Interno.

Só vou me ater a esses pontos porque sei que foram levantados por diversas entidades, uma questão de atribuições e competências das carreiras que estão sendo criadas, porque as entidades julgam que não são adequadas em função dos quadros já existentes.

O Governo entende que são atribuições completamente distintas. Não à toa essas carreiras já foram instaladas em vários entes federativos, justamente, porque já está consolidado que são carreiras distintas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador  
\_\_\_\_\_ Gilson Barreto.

**O SR. GILSON BARRETO** – Sr. Presidente, eu queria alguma informação do Dr. Cristian. O senhor não acha que criando...

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Se o senhor me permite, quero anunciar a presença e convidar para que faça parte da Mesa a Dra. Laura Amando de Barros, Procuradora da Controladoria, e Dr. Dani Audrey Seco, Chefe de Gabinete da Controladoria.

**O SR. GILSON BARRETO** – O senhor não acha que criando essas novas terminologias nós não vamos desmerecer ou até acabar com algumas carreiras hoje que são importantes na Municipalidade? Vou dar um exemplo de Engenheiro, Arquitetos etc. da mesma área que, na realidade, todos nós sabemos que é a alavanca principal da cidade de São Paulo, principalmente, junto às Subprefeituras. E que, com o decorrer dos anos, foram, inclusive, acabando com a carreira, desmerecendo o seu valor e, às vezes, até aproveitando pessoas sem experiência para assumirem as vagas ou as principais ingerências dessas pessoas.

O senhor não acha que em vez de criar novas terminologias e especialistas nisso

ou naquilo, nós não vamos igualar todo mundo no mesmo nível e perder o estímulo do funcionalismo público municipal?

O senhor não acha que criando essas outras atribuições, isso não vai ficar centrado na mão do Executivo, determinando quais as pessoas que devem fazer isso ou aquilo, porque o Governo é dinâmico, o Governo é transitório. Hoje o partido que administra a Cidade é um, amanhã será outro e assim sucessivamente.

Nós estamos pensando muito nesses projetos no momento, em coisas momentâneas. A maneira de administrar é restrita a um partido e não ao todo. Não seria mais importante assim dentro desses projetos? Hoje há três projetos e amanhã vêm mais dois, mais três ou mais quatro. O ponto eletrônico está aí. Há celetistas e funcionários efetivos. Nós estamos misturando tudo. Não seriam esses dois institutos... Não poderia ser feito um projeto para quem é celetista, inclusive estudando prerrogativas e melhorando os salários? A gente sabe que o salário dos celetistas é hoje, dentro da Prefeitura, é o menor; e são discriminados também. A questão não é equilibrar as coisas por baixo.

Quanto à distribuição de renda, a gente tem que equilibrar por cima. Isso não está acontecendo. (Palmas)

Então, não seria melhor a gente por um teto, já que a municipalidade quer resolver o problema? A gente poderia por um teto para o celetista e um teto para as carreiras. Falo de engenheiros, porque vemos, no dia a dia, essa questão, como também a dos médicos, profissionais da Saúde, enfermeiras e auxiliares. Tenho consciência de que as assistentes sociais são muito importantes. (Palmas)

Sr. Christian, o que a gente vê hoje, na Prefeitura, não é falta de médicos. Hoje a Saúde está péssima. Faltam funcionários de apoio. (Palmas)

Quando a municipalidade dá a incumbência para um médico atender a oito crianças em uma hora, em média sete minutos para cada consulta, esse é o tempo que a mãe demora para tirar a fralda da criança. Como então o médico vai fazer um bom atendimento? Ele paga

um preço por causa disso. Então, só essas questões talvez até consideradas menores deveriam ser colocadas numa mesa por nós nessa discussão.

Então, quanto a esses projetos, acho que o mais importante seria a gente dar um tempo nesse resto de ano. A Prefeitura poderia chamar os segmentos e fazer um reestudo disso, analisar defendendo os segmentos, verificando a possibilidade de ela ver o que é viável, principalmente dentro do orçamento que está aí para ser aprovado, fazendo um trabalho conjunto, mais discutido. O funcionário público não tem fundo de garantia, amanhã ele sai da Prefeitura e não tem nenhuma segurança. Ele sai com o salário do mês e acabou.

- Manifestação na plateia.

**O SR. GILSON BARRETO** – Então precisamos fazer uma reavaliação disso tudo, porque se o Governo conseguir aprovar esses projetos; que são três, mas há muitos outros que virão também, como a complementação que talvez não seja até pior do que o que está aí; fica muito difícil para uma Administração querer gerir uma Cidade com tantos problemas e com o descontentamento do funcionário público.

- Manifestação na plateia.

**O SR. GILSON BARRETO** - Tenho certeza de que o Sr. Prefeito não quer isso. Os Secretários também têm responsabilidade. Talvez um Secretário não deva olhar apenas para a questão dele, naquele momento, e colocar esse pensamento ao Sr. Prefeito, que pode ou não aceitar. Deve enxergar a dimensão alcançada com a aprovação desses projetos.

Isso é para reflexão. Se o senhor puder transmitir esse pensamento para ver o que pode ser feito, porque está muito difícil a aprovação desses projetos aqui nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

- Interrupção na gravação.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - Nobre Vereador, agradeço pela oportunidade de levantar os pontos principais para debatermos, porque de fato são as questões importantes dos PLs em questão.

Vou começar pelo final, pois o senhor fez referência ao pacote, falando sobre a discussão dos celetistas, ao projeto de lei da Saúde, que virá na próxima semana, e que prevê, justamente, a transposição do regime dos celetistas para estatutários, no caso HSPM e autarquia. Imagino que o senhor se referiu a isso.

Apenas para esclarecer o que é essa discussão de celetista versus estatutário. O Governo Federal já, há mais de uma década, resolveu essa questão. A partir da Constituição de 88, quando houve a discussão sobre a instauração de Regime Jurídico Único, ocorreu então um movimento na União e em outros Estados da Federação para realmente se adotar a figura do regime jurídico único.

Celetistas, não qualquer um, contratos por seleção pública, “concurso”,...

- Manifestação na plateia.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - Não, não, entre aspas porque a figura jurídica acaba tendo o nome de seleção pública. O concurso é para o estatutário e a seleção pública para os celetistas.

- Manifestação na plateia.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - São seleções públicas da mesma forma, são concursos, há realização de provas.

- Manifestação na plateia.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - Há uma distinção entre contrato por prazo determinado na Prefeitura, contratos emergenciais e contratos por prazo indeterminado através de seleção e concurso público, tal como ocorre na autarquia e no HSPM. São essas as distinções.

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Pessoal, vamos ter um pouco de paciência. Vamos escutar. Depois os senhores terão oportunidade de falar, mas vamos ouvir com paciência a versão dele, porque, pelo visto, ele hoje está um pouco isolado aqui. Vamos

ajudá-lo para que ele faça uma boa exposição.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - Quero anunciar que, felizmente, hoje os jornais dão uma boa notícia para a Cidade, sinal de que vamos ter mais recursos e, portanto, as coisas podem ser revistas também.

- Manifestação na plateia.

**O SR. GILSON BARRETO** – Apenas para corroborar, é melhor ouvi-lo. Todo mundo anota as questões que julgar necessárias, porque vai haver oportunidade de falar e questionar aquilo que achar não ser real.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - E ao final, ele falará novamente em relação às questões ditas por vocês. Então vamos ter um pouco de paciência e escutar a argumentação, que é de interesse de todos.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Voltando, então, à questão dos celetistas. Vocês devem ter cuidado com esse preconceito em relação aos colegas celetistas na autarquia e do HSPM. Eles são servidores públicos, são colegas e passaram por uma seleção pública. Tanto esse é o entendimento que a Justiça, basta consultar a PGM, vem dando a vários celetistas da autarquia e do HSPM, contratados por prazo indeterminado e mediante seleção pública, as mesmas condições dos estatutários, porque a Justiça entende que eles são absolutamente iguais. Por exemplo, vem concedendo, via ações judiciais, quinquênio para celetistas. É um entendimento da Justiça pelo fato de que são iguais, passaram por seleção pública.

O Regime Jurídico Único, tal como foi debatido na União, e ao que está no parecer da PGM para embasar a transposição do celetista, mediante seleção pública, para estatutário, é simplesmente sobre esse argumento: ambos são servidores públicos que passaram por uma seleção e têm estabilidade. A transposição é simplesmente reconhecer um direito que já tem sido debatido em instâncias judiciais, as mais diversas, e a própria União fez essa transposição para unificar. Na unificação há ganhos para a Administração, porque, como vocês sabem muito

bem, na hora de se fazer gestão de folha, existe um sistema de gestão do HSPM, um da autarquia e o Sigpec para gerir a Direta, é muito difícil encontrar os problemas eventualmente existentes nessa gestão de folha.

Além disso, a partir do momento em que se unifica todas as carreiras, você consegue, rumo àquela discussão que vocês estão encampando junto com o Governo, pensar num mecanismo adequado de revisão da lei salarial. Você reequilibra todos dentro do mesmo regime jurídico, pode agora sim sentar tranquilamente e fazer o debate sobre como ter uma revisão da lei salarial que não comporte desequilíbrios de carreira que estão fora do sistema.

A discussão na transposição de celetista para estatutário é tranquila do ponto de vista jurídico e traz enormes ganhos para a Administração. Além disso, ela vai propiciar justamente o oposto do que o nobre Vereador falou. Nós não vamos nivelar por baixo. O celetista hoje tem como padrão um valor, muitas vezes, a depender da sua jornada, inferior ao salário mínimo.

Nessa transposição de regime, onde esses celetistas passarão para o regime estatutário sob subsídio, os vencimentos iniciais deverão, principalmente para esse pessoal que ganha o padrão abaixo do mínimo, dobrar quando não aumentar em 120, 130%.

Então não vamos nivelar por baixo. É o oposto. Essas carreiras todas que estão sendo reestruturadas, de celetista para estatutário, estaremos reequilibrando seus salários para cima. Um movimento que começamos no ano passado em que pegamos o plano de cargos, carreiras, salários de nível básico e deu um reajuste de 72%. Pegamos o plano de cargos, carreiras e salários de nível médio e demos o reajuste de 42%.

Então começamos esse reequilíbrio para começarmos o debate. Em termos relativos às carreiras estarem dentro do que é o adequado na Administração e agora estamos debatendo na Câmara a reestruturação do nível superior.

- Manifestação fora do microfone.

R - Estou respondendo as questões feitas pelo nobre Vereador. Para fechar, com

relação a estarmos desmerecendo ou acabando com outras áreas. A Administração entende que não, Vereador, porque, por exemplo, os engenheiros e arquitetos, especialistas em desenvolvimento urbano no plano de cargos, carreiras e salários atuais, disciplina arquitetura. Atribuições, supervisionar, coordenar, orientar e realizar estudos pertinentes à área de atuação, portanto, a área de arquitetura.

Engenharia: desenvolver projetos de engenharia nas respectivas modalidades. A carreira de gestor, em nenhum momento as atribuições vão atingir as discussões...

- Manifestação na plateia.

**R** – E levanto isso com a maior naturalidade, o debate com o Vereador Gilson, porque eu sei que o Governo do Estado enfrentou esse debate quando teve de implementar a carreira de gestor. Também houve uma discussão sobre se haveria ou não uma sobreposição.

**O SR. GILSON BARRETO** – Essa questão de gestor, a Getúlio Vargas já tem formados, preparados, 70 funcionários públicos de carreira.

- Manifestação na plateia.

**O SR. GILSON BARRETO** - Então não precisamos de novos funcionários para gerir a Cidade porque temos pessoas capacitadas, preparadas e que a própria Administração Pública foi orientando essas pessoas.

**R** – E a Prefeitura pagou isso.

O que estamos discutindo, Vereador, é justamente para termos uma construção de carreira de Estado distinta dessas movimentações episódicas. Esse é o debate. Ter a construção de uma carreira que não será por indicação, mas por concurso público. E nesses concursos públicos pessoas afeitas a áreas distintas das que estão colocadas atualmente.

Vou aproveitar para responder a questão salarial.

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Peço às pessoas que já se inscreveram, não anotamos quem vai falar a favor ou contra, por favor peço que se posicionem.

**R** – Então de todos aqueles entes federativos que listei, Estados e Municípios, afóra a carreira de gestor do Governo Federal, que tem o dado de reajuste este ano, todas as demais são dados salariais de 2010 a 2012.

A mediana salarial muitas vezes obscurece, porque alguns desses entes estão no regime de padrão mais gratificação variável e, portanto, o salário é maior do que o que aparece com o padrão. Mais da metade destes são por subsídio, dentre eles o Governo Federal, em que o salário inicial do gestor é da ordem de 15 mil reais.

A mediana salarial das carreiras desses entes federativos é 8.842, com dados de 2010 a 2012.

Então esse é um panorama das carreiras hoje constituídas.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Quero informar que esta Comissão recebeu dois documentos, um com abaixo assinado.

Vou ler os documentos para que todos tenham conhecimento.

É lido o seguinte: (Documento encaminhado pela Administração Pública, com 20 ou 30 assinaturas, e ofício encaminhado pela Federação das Associações Sindicais e Profissionais Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo)

– Continuação da leitura. Documento assinado pela Federação das associações sindicais, profissionais dos servidores da Prefeitura do Município de São Paulo.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Apenas duas questões que vocês colocaram no texto, em que, em nenhum momento a administração falou que o plano, enviar o PL, ora enviado se deve ao fato de nós entendermos de que não há profissionais qualificados. Em nenhum momento nós falamos.

- Manifestações na galeria.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Em nenhum momento nós falamos que não há.

- Manifestações na galeria.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Calma. Em nenhum momento a justificativa do PL tem qualquer relação com atribuir falta de pessoal qualificado. É um debate sobre, vejam,...  
Gente, por gentileza.

Uma discussão é se há pessoas especializadas num determinado conhecimento. Isso é distinto. A outra coisa é a falar que alguém é desqualificado. Ninguém disse que os servidores são desqualificados.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Srs. e senhores, vocês vão ter oportunidade de questionar.

- Manifestações na galeria.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - Um problema, tanto o problema...

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Gente, aqui a sala é pequenininha, ela permite esse... Mas só que vamos ficar patinando. Então, peço um pouquinho de paciência só, tá? Só um minuto.

Então, peço um pouquinho de paciência só, tá? Só um minuto.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - Tanto não é verdade, a Patrícia está

aqui, sempre fiz questão, em todas as reuniões, de ressaltar Patrícia, a qualidade técnica dela, como representante de um grupo de altamente qualificados. Sempre fui muito claro, sempre falei, não estou aqui para questionar a capacidade técnica de ninguém, não estou aqui para questionar a capacidade de algum servidor qualquer.

A discussão sobre especialização técnica é distinta. A Doutora Laura vai fazer um apartezinho para falar especificamente sobre a carreira de controlador interno, que tem especificidades que não estão comportadas nas atribuições do auditor fiscal hoje.

**A SRA. LAURA** - Bem, gente, boa tarde.

Rapidamente, só para fazer esse esclarecimento aqui que Christy me sugeriu. Realmente, a ideia da Controladoria não foi, em momento algum, criar qualquer tipo de embate ou conflito de competências com o pessoal de auditoria que tão bem desempenha sua função, enfim, e sempre teve o seu campo próprio de atuação.

O que aconteceu, inclusive com a aprovação da nossa lei de criação aqui pela nobre Casa em maio do ano passado, foi o reconhecimento de que existe uma área de controle que, até o momento, não estava sendo atendida da forma como a sociedade, a lógica do direito, a lógica dessa nova Administração Pública que vivemos hoje exige. Então o que se criou foi uma nova forma de controle que existe paralelamente ao controle externo pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas, ao controle que indiretamente o Judiciário exerce. Inclusive é o controle interno que sempre foi exercido e permanece sendo exercido pela área de auditoria da Prefeitura, que é um controle marcadamente contábil, é um controle muito mais de receita do que de despesa.

Essa nova lógica que se trouxe pelo PL que foi aprovado em maio do ano passado foi a criação de um controle mais do que controle de receitas, um controle das despesas. Como as despesas públicas estão sendo levadas a efeito? Existe uma eficiência nesse gasto? Existe um controle de resultados nessas despesas públicas?

Vejam, portanto, que o escopo de atuação é bastante distinto, é um escopo que é

também contemplado no artigo 31 da Constituição Federal, mas que, até o presente momento, não havia sido implementado em nosso Município. Então, vejam, mais uma vez, reafirmo, são áreas de atuações distintas, são áreas afins, não tenho dúvidas, tanto que a referência salarial foi equivalente. Agora, essas atividades...

- Manifestações na galeria.

**A SRA. LAURA** - Por favor, eu só peço licença para concluir. Depois vamos continuar no debate. Muito obrigada.

Então, na verdade, o que estou dizendo para os senhores foi a criação desse novo perfil que exige - e uma coisa fundamental desses profissionais que se pretendem integrar aos quadros municipais - essa Interdisciplinaridade. Precisamos de profissionais que tenham formações nas mais diversas áreas. Por quê? Porque a análise de política pública é algo muito complexo e algo com que a Administração Pública ainda não teve a possibilidade de desenvolver uma tradição.

Peço licença para terminar, só um minutinho, já estou concluindo.

Então, em linhas gerais, acho que é isso, Christy. Se tiver alguma dúvida, estou aqui à disposição para contribuir para o que de melhor pudermos fazer para o nosso Município.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** - A questão salarial que a Doutora Laura disse é exatamente... O salário inicial hoje do auditor fiscal tributário, com o reajuste que foi dado no índice de produtividade fiscal, é exatamente o mesmo proposto para a carreira. O salário inicial do auditor fiscal tributário, hoje, ele é igual ao salário inicial proposto na tabela do auditor de controle interno.

- Manifestações na galeria. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Os senhores, quero anunciar aqui a presença da Karen, a Procuradora-Chefe aqui da nossa Casa, que está nos prestigiando... Desculpe, é a Secretária-Geral Parlamentar aqui. Agora você vai ter de se posicionar aqui também...

Bem, gente, olha, eu vou... É o seguinte. Pessoal, há 16 pessoas que se inscreveram para falar contra e há 4 pessoas que se inscreveram para falar ou favorável ou favorável com ressalvas. Para que não fique... Nós fizemos ontem, e tivemos um a um. Mas, se fizer assim, na verdade, no final, só vai ter o contra. Eu sugiro que façamos na mesma proporção. Ou seja, falam quatro contra e falam a favor quatro.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Por que não? Por que não? Todos vão falar. Só estamos falando, nos referindo à ordem de falar.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Mas, gente, é só um critério. Não é... Aqui ninguém está tomando partido, não, gente. É para dar oportunidade para todo o mundo falar.

Então, acho que podem falar no mesmo lugar, não há problema. A primeira pessoa inscrita é a Sra. Márcia de Oliveira, que vai se manifestar contrariamente.

**A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA** - Bem, gente, boa tarde. Boa tarde, Vereador.

Mais uma vez, agradecemos a oportunidade de poder estar debatendo nesta Casa, uma vez que, na mesa de negociação, foi rompido, de novo, o compromisso conosco, e não foi apresentado esse projeto. Então é aquele que temos de vir discutir. (Palmas)

Vou fazer uma leitura e aí vou pedir para vocês me falarem quem faz isso hoje, tá? Quem faz formulação implementação, supervisão, coordenação, execução, monitoramento e avaliação de projetos das atividades políticas das administrações direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, dos projetos? Quem se envolve em gestão de tecnologia, gestão de pessoal, orçamento, planejamento, gestão de recursos logísticos, gestão de Câmara?

- Manifestações na galeria.

**A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA** - Ah, então, tá. Só para entender que, hoje, nós fazemos essas atividades o tempo todo. (Palmas) então, tá.

Só estamos querendo mostrar para o Governo que a evolução da Administração Municipal em que todos nós entramos, quando entramos no nosso concurso, lá atrás, pediu uma coisa. A própria evolução da Cidade, a própria evolução das nossas carreiras exigiu de nós hoje, na prática - na prática! -, exigiu de nós uma nova atuação e essa atuação está se dando no dia a dia. Não existe uma pessoa aqui dentro que não assine um contrato, que não faça a gestão de contrato, que não tenha... Assine milhões por esta cidade. (Palmas)

Portanto, é muito difícil falar que novas carreiras devam ser ingressadas. E o 311 é um espelho do 312. Nós fazemos isso hoje. Nós não estamos concordando com o PL 312, mas, hoje, as competências previstas no 312 são exercidas por esses cinco cargos que estão previstos no 312, hoje nós fazemos isso. Então é muito difícil falar que vamos concordar. Não concordamos com esse PL. Pedimos a retirada.

Estou vendo colegas ali que hoje exercem atividade na controladoria. Muito bem vindos, colegas, porque vocês fazem isso hoje no dia a dia e não estão acolhidos nesse projeto. (Palmas) Nós fazemos isso no nosso dia a dia, tanto na área de gestão como na área de controladoria.

A prefeitura vem investindo... Todos nós... Eu inclusive fiz formação de gestão pago pela prefeitura de São Paulo, e eu não posso rasgar o meu certificação (*sic*), o meu MBA, porque foi pago pela prefeitura. Eu devolvo e tenho obrigação de devolver aos cofres públicos tudo aquilo que foi me investido (*sic*). E acredito que muitos aqui tenham feito isso através (*sic*) da escola de formação, através de outras entidades, por iniciativa própria, porque nós todos temos aqui uma coisa em comum, nós queremos uma cidade melhor. E por iniciativa própria, no exercício do nosso dia a dia, foi necessário ir buscar na área acadêmica a complementação.

Eu sou administradora. Acho que a gente sabe muito bem o que a gente está falando. Durante as mesas de negociação nós pedimos inclusive, pelo 312, que tivesse um gatilho quando o cargo estivesse vago para discutir concurso público. E foi falado em mesa que não existia condições de estudar tabela de lotação. Como agora a gente consegue ter uma

tabela para 500 servidores, ou 300 outros cargos, 500 e 300, 800 cargos? (Palmas) Se a gente exigiu isso durante a mesa de negociação e não foi falado: “Depois a gente vê, porque isso exige esforço e estudo”, e de repente conseguiu fazer?

Existem algumas coisas aí que não estão claras, Christy. Eu lamento a gente tem que fazer essa discussão aqui e não ter feito no fórum correto, que era o Sinp. (*sic*)

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Sra. Patrícia Sepi.

**A SRA. PATRÍCIA SEPI** – Boa tarde. Sou a Patrícia, sou representante do Sindicato dos Geólogos e também falo em nome do Coletivo Independente do Nível Superior. Acho que alguns colegas também vai falar (*sic*). A gente vai se posicionar enquanto entidade (*sic*) e eu, quanto pessoa (*sic*), é totalmente contra ao 312 (*sic*). Acho que a Márcia já expôs... O 311... Calma, calma. A Márcia expôs claramente isso e eu acho que a gente precisa resgatar algumas questões que foram discutidas na mesa de negociação, e interrompidas, porque quando o Christy usa o argumento lendo no 312, quais são as atribuições do engenheiro, do arquiteto, do geólogo, a gente já tinha dito isso ao Valter, que não adiante reproduzir o que o Conselho Regional... E aí você justificar a criação dessa carreira porque são coisas distintas. Porque hoje o que eu menos faço é ser geóloga pela minha atribuição que o Conselho Regional de Engenharia me dá. (Palmas).

Eu tenho 23 anos de prefeitura e graças a Deus o próprio Christy elogiou a minha postura. Eu já queria andar com uma tarjinha escrito “idiota”, porque eu tenho alguns cargos incorporados e aceito fazer coisas porque hoje assumi chefias que não me acrescentam em nada. E agora acho que eu tenho que pôr a segunda tarja de idiota, porque eu assino contrato, eu faço gestão de participação popular, eu estou envolvida num conjunto de atividades e de políticas públicas. Então, quando serem criadas (*sic*) essas carreiras, nós vamos ficar nas nossas cadeirinhas esperando um iluminado pensar na proposição de políticas públicas. (Palmas)

Eu queria dizer para vocês: hoje, por exemplo, não defendendo só a minha categoria, os geólogos, quem coordena a processo de participação popular do Plano Diretor e da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo? Uma assistente social. Ela vai estar enquadrada nisso? Hoje coordena todo o processo participativo uma assistente social; Então é essa discussão que a gente quer pôr.

E só para encerrar: não tem como a gente estar numa audiência do 311, mas não falar dos outros dois projetos que estão vinculados. Aí eu coloco para o Christy uma pergunta muito específica, mas também faço um apelo aos colegas das outras entidades aqui. A gente precisa forçar o governo, sim, a negociar, porque com o 311 você cria categorias distintas de servidores, os melhores e os piores. Na negociação que vocês estão fazendo na Câmara também está tendo essa distinção. Então eu pergunto para o Christy quanto vale uma vida. (Palmas) Porque, se vocês separaram algumas categorias porque elas assinam cheques de milhões, elas licenciam coisas de milhões, quanto vale o trabalho do geólogo que salva uma vida? Quanto vale a vida de uma assistente social que vai na cracolândia tirar um viciado? (Palmas)

Então é isso que eu queria colocar. Eu faço um apelo às outras entidades, porque não pode ter duas categorias, os que merecem ganhar mais e o restante que merece ganhar menos. Não ao subsídio e salário igual para todo mundo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Sr. Felipe Torres.

**O SR. FELIPE TORRES** – Boa tarde. Eu vou me permitir, rapidamente, antes de tratar propriamente das questões que dizem respeito ao 311, fazer uma breve observação a respeito da audiência de ontem - eu ia falar, infelizmente não houve tempo -, mas que diz respeito à questão do subsídio e diz respeito à lei salarial, que são questões também relacionadas a este projeto.

Me espantou bastante, ontem, numa audiência pública em que viemos debater a respeito do conceito de subsídio, que o Christy, no começo da sessão, nos informasse que os

colegas da Educação estavam sendo retirados da remuneração por subsídio. Por que isso me espantou? Porque são 106, pelos números que foram oferecidos pelo representante da prefeitura, 106 mil funcionários que, segundo o compromisso que ele assumiu ontem na audiência pública, não serão envolvidos na remuneração por subsídio. Daí então eu pergunto: por que a remuneração de subsídio sobrou para nós, que somos... (Palmas)... que somos cerca de 15%, se tanto, do funcionalismo municipal. Por que só para nós sobrou esta chantagem que é a chantagem de ter reajuste salarial desde que nós renunciemos à sexta parte, ao quinquênio, às gratificações? (Palmas) Eu gostaria francamente de saber, porque me preocupa muito, porque os próprios negociadores do governo tratam de desmoralizar o processo de negociação. Nem eles acreditam nesse instituto que é o subsídio e querem impor isso para nós. (Palmas)

E me chama a atenção também, que ontem se debateu bastante e em outros momentos, que justamente uma das salvaguardas que nós temos em relação ao subsídio, que é um envenenamento que se faz ao longo do tempo, embora não seja tão demorado assim, o envenenamento vem rápido, mas se falou muito da questão da lei salarial, e eu vou retomar essa questão porque acho que ela é muito importante.

O governo tem acenado com a possibilidade de elaborar uma lei salarial. Entretanto, lendo a respeito da negociação que houve na Saúde, o governo se manifestou lá dizendo que não vai abrir mão dos 40% como limite de gasto para o funcionalismo. E ele disse também que a proposta que ele tem a oferecer está condicionada ao crescimento da receita.

Ora, eu quero perguntar simplesmente o seguinte, como representante do governo, e eu gostaria muito bem de ser desmentido neste caso. Eu gostaria de perguntar ao Christy se ele, como representante do governo, se compromete aqui que a partir do ano que vem nós teremos uma lei salarial que de fato reponha as perdas inflacionárias. (Palmas)

Quanto ao projeto 311, eu teria muito a falar. Esse projeto é um acinte e ele representa essa desmoralização do processo de negociação, porque ele não foi debatido em

nenhuma mesa, ele é rejeitado por todas as categorias e ele nunca deveria estar aqui; por isso ele deve ser retirado. (Palmas)

Eu só queria fazer uma menção a esse mesmo cargo que existe no Governo Federal. Vejam o que o Governo Federal diz a respeito dessas carreiras, a propósito do último concurso que foi aberto. Ele diz o seguinte: “A mudança do concurso teve o objetivo de selecionar profissionais maduros, aptos a liderar e a gerir projetos, evitando a aprovação massiva de jovens recém-formados. Por isso exige experiência compatível com o salário e as atribuições do cargo, e este aprimoramento tem sofrido resistência por parte da associação que representa os gestores já concursados”. Ora, o Governo Federal está dizendo: “A gente precisa de funcionários que têm experiência”, que é o que nós temos, e não de novatos que venham fazer o mesmo trabalho que nós já fazemos! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – O próximo a falar é o Guerra. Peço a gentileza de prestar atenção no tempo, para que as pessoas não se sintam prejudicadas. Obrigado.

**O SR. GUERRA** – Boa tarde. Vou ser rápido, Vereador. Agradeço de novo a audiência.

Primeiro a gente queria estar dizendo (*sic*) que esse projeto não foi discutido nas mesas centrais nem nas mesas setoriais, nem para a gente saber essa tabela de lotação de 800 cargos que foram criados. Durante muito tempo nós pedimos na mesa que se dissesse qual era a tabela de lotação e diz que não seria possível ter essa tabela de lotação. Então acabou chegando a esse número de cargos, cargos criados que vão ter uma despesa adicional da prefeitura, sendo que todas as carreiras que estão aí, integrantes inclusive do PL 312, todas elas têm cargos vagos para serem preenchidos.

E se a gente olhar a competência do 311, são as mesmas dos 312; ela é uma carreira replicada. E no próprio projeto 311 ele fala que os concursos serão feitos por disciplina, de acordo com a necessidade. Ora, se vai ser feito dessa forma, é claro que as carreiras do PL

312 serão extintas pela vacância, porque não vai ter mais concurso para nenhum de nós daqui para frente, até porque o salário de lá é diferente do salário de cá. Então por que não colocar esse salário para a mesma categoria que tem essa experiência?

Por outro lado, quando foi dito que precisa trazer pessoas novas com outras especialidades, significa que vai demorar pelo menos mais um ano para fazer concurso, caso venha a ser aprovado esse projeto. E as pessoas que estão lá já estão pelo menos com três anos trabalhando. E essas pessoas não têm capacidade para estar trabalhando lá? Elas estão fazendo um trabalho de segunda categoria até hoje? E a gente vai ter que trazer gente de fora? (Palmas) Então precisaria repensar nisso e ver a possibilidade de retirar esse projeto e fazer como o pessoal interno da prefeitura, que tem condições e capacidade para isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado. Agora o Sr. Marco Cesare.

**O SR. MARCO CESARE** – Boa tarde a todos, Mario Covas, Presidente. Eu sou o Marco da auditoria do controle interno do Município.

Eu falo controle do Município hoje, mas muita gente estranha, parece que foi inventado ontem. Não. Desde 1988, com a criação da Constituição (*sic*), existe o controle interno da prefeitura. O que acontecia é que ela estava ligada à SF na sua estrutura, e agora passou a ser criada a própria Secretaria da Controladoria. O que mudou? Nada.

Sr. Christy, quero apresentar Pedro, que é diretor de divisão de auditoria. (Palmas) Mauro, também nosso diretor de divisão de auditoria. (Palmas) Christy, queria me dirigir a você como representante de Sempla. Sempla é Planejamento. Está faltando aqui 19 (*sic*) da controladoria, auditores, porque eles estão realizando auditoria neste momento. (Palmas) É óbvio.

O que queria colocar aqui: aquela carta primeira que nosso presidente leu fui eu que escrevi. Eu me dirigi à omissão deste PL 311. A omissão do quê? Que existe... Esses servidores que já exercem as atividades, as atribuições que foram ditas, que têm que ter as

mesmas atribuições, mas as carreiras têm atribuições diferentes, as futuras. As nossas são de auditoria. E não mudou, o meu computador é o mesmo, minha cadeira, a mesa, o cargo...

- Manifestações na plateia.

**O SR. MARCO CESARE** – A única questão... Salário. Salário. A única questão é que essa lei omitiu os atuais auditores. Essa lei sendo aprovada, no dia seguinte cai... acontece o conflito jurídico. Nós vamos poder fazer auditoria no dia seguinte? Ela é uma lei exclusiva, como foi dito aqui. Pode? Então é um conflito jurídico. Então vão ter duas carreiras fazendo auditoria? Então a lei também precisa contemplar isso.

Alguém quer falar?

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Ao final ele vai falar.

**O SR. MARCO CESARE** – Bom, a nossa posição é a favor no sentido que a carreira de auditor, como foi dito que já existe em alguns outros estados, ela tem que ter autonomia. Isso é fato, isso eu não discuto. Então a favor disso, sim. Isso é um princípio, pode-se dizer, uma convenção. Mas (ininteligível) os funcionários que já fazem hoje, é esse o nosso posicionamento. E os 19 continuam agora, estão fazendo, trabalhando. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado. Só um esclarecimento ao nosso amigo. Este é o primeiro que falou a favor. Parece que não, mas foi a favor. (Risos). É só para seguir a regra que está aqui.

Por favor, Sra. Neide Scola.

**A SRA. NEIDE SCOLA** – Gente, eu sou da área da Saúde. Gestão também funciona para a área da Saúde. Quando a gente vai fazer uma especialização na GV, em qualquer uma dessas entidades, eles exigem o nível superior, não exigem a qualificação da formação no registro do Conselho Regional de Odontologia. A minha formação é cirurgiã-dentista e eu tenho essa especialização. No entanto eu não exerço isso na prefeitura, porque eu sou aposentada e aposentado não tem vez, aposentado não é concursado de nada. E

talvez, se criar essa carreira no 311, eu não possa nem fazer concurso, mesmo tendo a minha pouca idade, 59 anos, porque eu comecei a trabalhar cedo. Começando a trabalhar cedo não nos dá o direito de ter um novo cargo. Eu posso fazer concurso. Então eu estaria aqui querendo que tivesse novas carreiras na prefeitura que eu pudesse fazer, mas não do jeito que está sendo feito.

Por que existe, sim, em outros estados, em outros municípios a carreira disso. Por quê? Por que existe? Porque tem normas técnicas que regulamentam, tem legislação. Mas o que não está sendo cumprido no Município é minimamente a nossa remuneração, através da Lei 13.000, porque nem 40% do que é a entrada do Município a gente tem recebido.

Portanto, nem por isso nós fomos à rua, porque estamos aguardando uma reestruturação na carreira, um salário decente, não estamos conseguindo. Não dá para aceitar o 311 sem discutir aquilo que existe no Município e fazer jus àqueles que estão trabalhando nesta carreira e nesta função. (Palmas) Portanto, sou da Saúde, era a favor do subsídio. Até ontem, hoje não sou mais.

- Manifestação na galeria.

**A SRA. NEIDE SCOLA** – Ontem, no PL 03 eles passaram um passa-moleque na gente, porque garantiram que ia sair o 97, e não saiu. Não saiu o artigo 97. Se o Município pode pagar, através do subsídio, porque a lei maior pode mais do que a lei menor, entendo que a nível nacional existe sim o pagamento por subsídio, mas não é o caso do Município.

Entendo também que vários municípios não têm Lei Orgânica, usam a do Estado e o Estado nosso aqui não é pagamento por subsídio. Portanto o nosso Município não é o Estado, ainda, poderia ser um estado. Mas se retirar o artigo 97 na sua íntegra e continuar com o 92, que é o pagamento de subsídio para aqueles que assim o quiser, porque é tudo opcional, eles vão arcar com cada erro que eles fizerem na vida. Como o meu, estar aposentada com 59 anos de idade, há 11 anos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Sr. Jorge Rica.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Ok. Sra. Regina Strobel.

**A SRA. REGINA STROBEL** – Boa tarde a todos, meu nome é Regina, sou veterinária, trabalho na Secretaria de Meio Ambiente. Não me espanta que haja uma defasagem salarial entre as carreiras do Município e a carreira que ele quer implantar.

Porque se você fizer um levantamento, como já foi feito, de todos os salários das prefeituras do Estado, a gente vai ver que a Prefeitura de São Paulo é uma das que pior paga, tendo um dos maiores orçamentos do País. (Palmas) Um dos maiores, é o terceiro maior.

A Prefeitura nunca encarou o funcionário como ele deveria ser encarado, como um investimento, a prata da Casa. Essa dualidade de salário, a gente vê, foi apresentado na mesa de meio ambiente, a questão dos especialistas de meio ambiente, que eles têm pós graduação, na entrada da carreira, e eles recebem um salário recebem metade do que a mesma carreira que é do Estado e talvez, sei lá, menos do que isso do que a carreira federal.

Então eu acho que essa propositura do Governo de uma carreira com esse salário – por que para nós o aumento de salário não tem dinheiro e o custo é alto e por que vai criar 800 cargos nessa carreira com esse salário? Aí não tem custo?

Então, quantos veterinários têm na Prefeitura de São Paulo? Nada, quase nada. Está todo mundo aposentando e em fim de carreira, ou já aposentado. Quantos engenheiros têm na Prefeitura de São Paulo, fazendo esse trabalho de fiscalização hoje?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. REGINA STROBEL** – Mil e quatrocentos ativos, vão criar 800. E fazendo esse trabalho, quantos têm? Você entendeu? Deveriam estar fazendo melhor essas contas.

Outra questão é com relação a todas as entidades. Quando começaram a mesa de negociação, começaram fazendo o pedido da mudança da lei salarial, porque a maioria dos outros municípios não precisa ficar mendigando todo ano, nem na câmara, nem para o prefeito. Elas têm um reajuste de acordo com a inflação.

Então assim, ninguém está pedindo favor, a gente está pedindo o cumprimento da Constituição e que todo ano a gente possibilite não ter uma redução de salário inflacionária. (Palmas) A gente está pedindo respeito.

Mesmo os veterinários, os biólogos, o pessoal da Saúde, também exercem carreira do Estado, nós somos fiscais sanitários e a gente vai em tudo quanto é lugar, responde por um monte de coisas, assina um monte de atividades públicas. Então por que a gente tem que ter essa dualidade: um salário tão baixo dos incompetentes - que segundo o Christy somos - e um salário tão alto? (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. Cássio Vieira.**

**O SR. CÁSSIO VIEIRA** - Boa tarde Vereador Covas, boa tarde Christy, boa tarde representantes da Controladoria, eu queria aqui colocar o que a nossa entidade, a Associação dos Auditores Fiscais, também sou membro da Fasp, mas estou aqui falando especificamente para os Auditores Fiscais, como nós encaramos esse Projeto 311, que vem dentro de um contexto que está realmente desagradando o servidor público em geral.

Da mesma forma como o projeto de lei de emenda à Lei Orgânica Municipal, Projeto de Lei 03, que o Governo se recusou a discutir com os servidores públicos, no âmbito do Sinp, sob a alegação de que não afetaria nenhum servidor o Projeto de Lei de Emenda nº 3. Ele falou: não, não afeta ninguém, nós simplesmente – o que não foi dito na época – estamos caçando o tempo extra Prefeitura, que já foi aqui retificado (Palmas), mas ninguém discutiu conosco.

Estamos aqui criando a possibilidade de o legislador ordinário, aquele que não precisa de quórum qualificado, caçar a qualquer momento a sexta parte de alguma parcela remuneratória. Quanto vieram aqui justificar o por que, foi: “Ah, mas procurador tem uma parcela remuneratória que está fora da sexta parte e a gente precisa retificar isso”. Como se houvesse reprimenda no direito brasileiro! (Palmas) Estranho isso.

Para quem não sabe, reprimenda é a lei voltar atrás para consertar o que está

errado. Isso não existe. Os procuradores têm os problemas deles, mas não podem se afetar toda a categoria por causa disso.

Então esse Projeto 311 veio nesse contexto. E o que diz esse Projeto 311? Ele fala exatamente o seguinte: vamos aqui criar uma nova carreira de gestores públicos, porque no *Estado de S. Paulo*: – a Administração falando – “Não há servidores com as necessidades que o Município hoje precisa para exercer essas funções.” Não estou tirando da minha cabeça, está aqui, publicado no *Estado S. Paulo*.

Bom, não sei se há ou não. Eu entendo que não. Acho que o Governo está totalmente equivocado nesse aspecto, porque nós temos hoje, em 2014, só no âmbito da Secretaria de Finanças, cento e vinte servidores públicos, com curso superior, fazendo pós-graduação em gestão pública. Acho impressionante um negócio desses. (Palmas) O que vai se fazer com esse pessoal? O que está escrito ali: jogam-se fora os recursos investidos para qualificar esses profissionais.

E no âmbito da controladoria interna também não tem cabimento abrir-se uma nova carreira quando há sim servidores qualificados fazendo esse trabalho há muito tempo. Se há necessidade de se fazer nova atividade, faça aquilo que estamos propondo: seleção interna com gente qualificada, concursada e se é questão de dar autonomia para esse pessoal, estamos sugerindo agora: mandato para esse pessoal ter as mesmas condições de legitimidade que tem hoje o Conselho Municipal de Tributos.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Com a palavra o Sr. Pedro Lopes de Oliveira.

**O SR. PEDRO LOPES DE OLIVEIRA** – Vocês não sabem como foi difícil eu estar aqui hoje. Sou da CGM. Minha atividade principal é auditoria. Eu ouvi e hoje vou ter de falar. Isso para mim está sendo muito constrangedor. Ainda estou dentro da Casa. Realmente, deixei os funcionários. Estou com relatórios para serem liberados, deixei os funcionários fazendo,

exercendo atividade. A preocupação que tenho é a mesma que todos lá têm.

Essa preocupação vem como? Temos uma formação de auditoria. Estou exercendo esse papel há 18 anos dentro da Prefeitura e várias reestruturações já nos foram prometidas, em várias gestões. Falavam que eu tinha de mostrar meu trabalho. Vim bem posicionado de que a gente, quando vai a algum lugar, tem de ter o respeito profissional. Não devemos querer assustar. Temos de transmitir que fomos até lá para executar um trabalho.

Estou realmente surpreso. A princípio pensei que a gente estaria no projeto, porque como a gente faz auditoria, conhece várias áreas. A gente faz auditoria de gestão, contábil, de convênios, de contrato de gestão, enfim, a gente tem todas essas atribuições e fomos preparados para isso.

A maior surpresa foi que o nobre Chefe de Gabinete falou que o pessoal aqui tem a profissionalização. Estou em dúvida quanto a isso. Na verdade, em 2012, na gestão Kassab, mais recente, foram investidos 500 mil reais para modernizar a auditoria visando a Controladoria. A gente sabe que no serviço público, analisando auditoriamente, há a falta de continuidade e que isso prejudica realmente qualquer análise. Veio outra gestão. Qual a nossa surpresa? Quando mandaram o PL, ficamos contentes, executando nosso trabalho e cadê nossa categoria no projeto? (Risos)

- Manifestação na plateia.

**O SR. PEDRO LOPES DE OLIVEIRA** – A pergunta que faço é: até quando essas gestões vão prometer reestruturação, vão tomar nosso tempo, a inflação vai comendo nosso salário e até quando vamos ficar nessa situação? (Palmas) E todos vocês se preocupam. Deixaram seus afazeres. Eu não deveria estar aqui. Queria estar executando meu trabalho.

Mais recentemente, fizemos um curso de formação de auditores internos, pelo Instituto de Auditores Internos. Pago pela Prefeitura, e pago pela gestão atual. E os 500 milhões também pagos pela gestão anterior.

É só isso. A gente quer que corrijam esse erro em relação a nós.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Esse também foi favorável. (Risos)

Com a palavra o Sr. João Gabriel.

**O SR. JOÃO GABRIEL** – Boa tarde a todas e todos. Quero pontuar duas questões iniciais. Primeiro entendemos que o envio desse PL à Casa por si só já uma afronta ao processo de negociação e ao Sinp. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que a criação de carreiras novas para a Controladoria e para a Gestão significa dizer que nos últimos cem anos, nas últimas décadas, não acontecia gestão nem controladoria.

Quando a gente fala na perspectiva de carreira, Christy e Vereadores, a gente fala na perspectiva de crescimento salarial. Não estou falando de reposição de perdas, estou falando na perspectiva de crescimento e desenvolvimento. Mas a gente também fala na perspectiva de entrar como Bibliotecário numa unidade e chegar ao Planejamento e a outras funções, à Controladoria. Isso também é perspectiva de carreira e essa perspectiva está sendo tirada da gente com o PL 311. (Palmas)

Acredito que ninguém aqui é contra a criação de cargos públicos para concurso público. Nós aqui defendemos o serviço público. Mas não acreditamos que entregar esses cargos para a terceirização, como disse o Vereador Floriano Pesaro, para fazer convênio com a USP seja a solução. Não vamos aceitar que essas funções sejam privatizadas e terceirizadas também.

Em 2012 foi realizado um concurso público no processo de transição do PAS para a Saúde. Esse concurso foi para a Secretaria Municipal de Saúde. Os trabalhadores que prestaram esse concurso e foram aprovados foram coagidos a assumir a vaga enquanto celetistas. Eles prestaram o concurso público para o regime estatutário e foram coagidos a aceitar o celetista. E hoje estamos tendo a oportunidade de corrigir esse erro histórico.

Qual a grande vantagem para nós, estatutários? A nossa vantagem... E convido

vocês a compartilharem essa sensação. As audiências do Orçamento vão tratar do nosso Iprem, da nossa Previdência. Hoje existe um rombo na nossa Previdência, porque o dinheiro público não gira no ciclo interno da Previdência em razão das terceirizações, que todos os Governos têm feito e ampliado, inclusive este. (Palmas) Existe um rombo porque a Prefeitura contrata celetistas, via duas autarquias, e esse dinheiro não vai para o Iprem e sim para o INSS.

Sou favorável à retomada do celetista enquanto estatutário porque vamos receber de volta, no Município de São Paulo, 40 anos de contribuição do Iprem que foram para o INSS e 12 anos que foram entregues para o INSS de dinheiro da Prefeitura em razão da autarquia hospitalar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Nelson Miranda.

**O SR. NELSON MIRANDA** – Boa tarde a todos, Vereador, representantes do Governo, colegas, eu queria iniciar lamentando a falta de demais colegas na Câmara, acho que mesmo os governistas, seria interessante que tivessem a noção das reivindicações e do questionamento que a gente está fazendo aqui. Apesar de estar bem representado pelo ilustríssimo Vereador.

Sou engenheiro civil de carreira, mexi a minha vida toda com números. Algo que me surpreende e me faz sentir numa situação atônita, é a forma como esses números são manipulados em função dos interesses governamentais. (Palmas)

Esses cargos que estão sendo criados inicialmente foram posicionados, dizendo que havia uma sobra de receita do Governo, que estavam utilizando 34% da arrecadação, então tinha uma margem para utilizar para novos cargos.

Coisas contrárias ao que falaram para nós, especialistas, não apenas engenheiros especialistas em saúde, desenvolvimento humano, seja lá o que for, disseram que já estava no orçamento de 40 acima, dos 40% e não permitia qualquer tipo de reajuste.

Isso é uma situação tão antagônica quanto ridícula para a gente. Eu, como engenheiro, sinto-me uma pessoa totalmente desvalorizada, desmotivada e ridicularizada, pela imposição do PLO 03, do PL 311 e dos 312, pelo Governo. É uma situação que, se não tivesse essa mobilização histórica dos colegas, teria passado e ferrado com meio mundo. (Palmas)

Nós aqui estamos pleiteando não um crescimento profissional, mas uma valorização. Inclusive, tenho algo contra esse adesivo aqui, porque só fala valorização salarial, mas precisaria ter também uma valorização profissional. (Palmas)

Essa condição que nós temos de a carreira ser comparada negativamente a colegas que futuramente vão preencher essas vagas, que estão sendo propostas, isso é demérito grandioso para a gente.

Como os colegas anteriormente falaram, esta gestão já está sendo realizada por nós, em vários âmbitos da Prefeitura. Uma subprefeitura que é um setor que incorpora várias funções, hoje nós administramos.

Todos os subprefeitos, hoje, são engenheiros de carreira, para gerir uma subprefeitura inteira. A responsabilidade não só econômica, mas técnica e política. Mais do que isso não dá para gerir, é impossível.

Só para concluir, hoje nós temos que vislumbrar que o Governo está numa situação extremamente constrangedora com relação ao PL 311, porque todas as carreiras, todas as funções da Prefeitura são contra essa situação, sem exceção. Ao contrário do PLO que o Governo consegue fazer uma cisão entre os próprios colegas, em virtude de desespero para reajuste e reposição salarial imediata. (Palmas) O que seria necessário para todas as categorias.

A partir daí discutir a lei salarial para cada caso. O Hospital do Servidor Público, seja engenheiro, arquiteto, seja pessoal de zoonose, etc e tal.

Era isso aí. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado. Sr. Honorindo Alves.

**O SR. HONORINDO ALVES** – Boa tarde a todos, em nome do nobre Vereador Mario Covas Neto saúdo a mesa, os colegas, efetivamente estamos aqui, nobre representante do Governo Christy, para falar algumas coisas, porque não daria para dissecar tudo o que tem de errado nesse projeto, ou nesses projetos que vieram à Câmara.

Portanto, como eu tenho só três minutos vou ser breve. Christy, eu só quero exemplificar a todos se você tem bolo, vamos pensar que aquela placa ali fosse um bolo. Você divide aquela placa no meio, esse bolo no meio, e você diz que uma parte dela você tem recursos para colocar nesse bolo e, por através de outra situação você diz que não tem.

Vou clarear isso para todos: o Governo diz que, para contratar 800 novos cargos, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, há dinheiro na Prefeitura. Isso foi colocado na mesa, dá

15 milhões, por ano. Agora, para os atuais servidores ele cita a lei 13.303, se não me engano, que é a Lei Salarial. E aí ele fala que não tem dinheiro, que já ultrapassou os 40%.

Ora, o bolo que eu falei é o mesmo. (Palmas) Como que para uma parte do bolo você tem dinheiro e para outra não? Que bolo vai ser esse? Como que você vai conseguir fazer esse bolo no final se você só tem dinheiro para uma parte dele? É um bolo só, minha gente, não existem dois bolos. E o Governo vem aqui e fala - como fez lá embaixo no plenário, foi o próprio Christy que falou -, como que pode isso Christy?

Então, senhores, o que vou dizer? PL 311 versus PL 312. Não adianta Christy você buscar todos esses estados, todos esses municípios. A realidade de cada um deles é diferente, você não trouxe a realidade de cada um deles aqui. (Palmas) Traga essa realidade, você vai ver que as funções aqui, exercidas pelos contadores, são idênticas. Como que você pode vir aqui e afirmar isso?

A questão da remuneração: por que um servidor qualificado, como disse a senhora Leda Paulani, lá no plenário? Ora, se ela está trazendo servidores qualificados, é porque aqui dentro não tem a qualificação necessária. Já foi dito por todos aqui que há servidores qualificados.

Por exemplo, os contadores, 80% têm pós-graduação. Eu tenho pós-graduação em controladoria governamental, muitos têm em administração pública. (Palmas)

Como disse, Christy, o nobre Vereador Gilson Barreto, que também é contador, ele disse que o Governo é transitório. Pense e reflita sobre isso: o que você vai fazer agora vai prejudicar por muitos e muitos anos a Prefeitura do Município de São Paulo e a municipalidade. Isso é o pior. (Palmas) Reflitam sobre isso, por favor. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado. Sra. Durvalina Soares.

**A SRA. JAMILE** – A Durvalina precisou se retirar mais cedo, mas me deu o direito de falar aqui por ela.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Como é seu nome?

**A SRA. JAMILLE** - Jamille. Sou Bibliotecária, coordeno uma biblioteca pública, entre as 54 bibliotecas de bairro da cidade de São Paulo. Então tenho uma questão que já tem sido colocada aqui e que é a seguinte: eu coordeno um equipamento, sou gestora desse equipamento, gesto quatro contratos, sendo de: vigilância, limpeza, enfim, e mais outros dois

contratos. Além do que, somos responsáveis e gerimos as políticas culturais nas bibliotecas para a cidade de São Paulo. Então me pergunto: isso não é ser gestor? (Palmas)

Outra questão que também incomoda muito quem está na ponta, e é o meu caso: por que sempre quem está no Gabinete é mais valorizado do que quem está respondendo... (Palmas)... E sendo responsável pelos serviços junto à população? As bibliotecas públicas de bairro respondem por 1 milhão de atendimentos por ano na cidade de São Paulo. Então acho que as pessoas que estão na ponta têm uma responsabilidade muito grande para serem desconsideradas e desvalorizadas dessa maneira. (Palmas)

**P** - Muito obrigado.

Sr. Martin Nogueira.

**O SR. MARTIM NOGUEIRA** - Olá a todos, servidores, servidores, Srs. Vereadores e autoridades, estou aqui em nome da Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo, uma carreira que foi criada em 2008 aqui no Serviço Estadual e queria abrir aqui um diálogo franco com vocês.

Entendo - e, daí, primeiro, já me posicionando - que é necessário que os servidores públicos tenham uma postura constante de busca de aprimoramento e melhoria nas condições de trabalho, não é? Acho que é aqui uma posição - e daí vou me colocar do lado de vocês -, é importante que haja um debate sincero, constante, sistemático sobre a remuneração e sobre a questão da reposição salarial de todas as carreiras. Acho que daí entramos num outro debate, depois disso, que é o que veio fazer a carreira de gestor na Federação, dentro do Brasil; qual que é o papel histórico dessa função dentro da Administração Pública. Vejam que ela não é uma carreira só do Brasil, não é? É uma carreira que vem internacional; ela existe em diversos países da Europa, Estados Unidos, Canadá, França - muito bem -, e ela vem ocupar um espaço que talvez seja um nicho novo dentro da Administração Pública, porque...

- Manifestações na galeria.

**R** - Só um momento.

E essa... Até porque é o seguinte, não estou aqui disputando se a palavra gestor é adequada somente e exclusiva, uma reserva de mercado dos gestores, porque ela não é. Existem maneiras de se fazer a gestão da política na ponta, de fazer a gestão do dia a dia do trabalho, de fazer gestão das atividades de Estado.

Agora, existe uma pressão da sociedade - isso é crescente - por transparência. É importante que o Estado consiga ter dados, sistematizar seus dados, fazer com que eles estejam aparentes para a sociedade. No Estado de São Paulo, por exemplo, existe uma grande dificuldade com a atual PPA. Ele ainda é uma ferramenta que tem que ser aprimorada e é preciso que tenha gente pensando nisso; preciso que haja pessoas que consigam, dentro da Secretaria de Gestão, de Planejamento, de Orçamento e Finanças, de Administração, enfim, dependendo do órgão, dependendo da esfera federativa, vai ter uma função, mas que consiga desempenhar essa função. E daí digo o seguinte...

—  
- Manifestações na galeria.

**R** - Calma.

É preciso que essas carreiras tenham a capacidade de articular não só isso, mas também propor, intercambiar e fazer com que tenham continuidade diversas das políticas públicas.

Eu entendo - e aqui todo mundo é servidor, ninguém aqui precisa ficar com um meio papo - uma divisão muito grande entre as Secretarias e as divisões.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**R** - Peço um pouquinho mais de tempo, porque tem muito pouca gente...

- Manifestações na galeria.

**R** - ... Tem um pouco mais de opinião contrária do que opinião a favor. Se a Mesa puder ser sensível quanto a isso...

- Manifestações na galeria.

**R** - Então, para concluir...

**P** - Por favor, conclua.

**R** - Então, para concluir, existe uma divisão muito grande entre as Secretarias; não existe diálogo entre as áreas de Governo. E daí vou dar um exemplo: se você for fazer uma política participativa lhe Conselhos, não tenho dúvida de que quem vai organizar isso vão ser as áreas. Cada um que entende da política vai construir os Conselhos dentro das suas áreas, mas vai precisar de alguém dentro do Governo pensando nisso; vai precisar ter uma carreira nos gabinetes...

- Manifestações na galeria.

**R** - ... Que consiga fazer essa articulação.

Então, fazendo essa defesa, acho que a carreira de políticas públicas já existe, é uma carreira consagrada e que vem aí somar ao serviço público e aos anseios da sociedade, não é?

- Manifestações na galeria.

**P** - Sra. Ana Maria Brisque.

**A SRA. ANA MARIA BRISQUE** - Bem, eu sou bióloga, trabalho na área da Saúde, sou especialista em Saúde, e gostaria de lembrar que, também na área da Saúde, nós fazemos a gestão de pessoas, de equipamentos, gerenciamos contratos, somos autoridades, autoridades sanitárias, somos elaboradores e executores de políticas públicas, já há muitos anos. (Palmas) Então acho que nós também temos essas funções aí de gestão de políticas públicas e merecemos ser remunerados na mesma medida, está certo? (Palmas)

Além disso, gostaria de lembrar que vamos à ponta. Temos o pessoal de controle de zoonoses que é referência pan-americana de zoonoses na América Latina. (Palmas) E esse trabalho não foi feito no Gabinete. Ele é feito lá no campo com os agentes de zoonoses, com os agentes de saúde e todos os dados tabulamos, trabalhamos e, a partir daí, são elaboradas as políticas de controle de zoonose, controle de roedores, controle de pragas, controle de doenças, não é? E nós da Saúde estamos expostos aos piores riscos. Somos, assim, os

servidores que mexem com a lata de lixo da Cidade e, por isso também que não queremos subsídio. Queremos as proteções que o salário nos dá. (Palmas) Temos, sim, de ter insalubridade, gratificações. Quanto aos colegas, nós nos solidarizamos com o HSPM, com os agentes de zoonoses e, como eles, queremos aumento de salário - jamais subsídio, porque isso não nos dá garantia de que sejam reconhecidas as diferenças, os riscos a que estamos expostos, está certo? Então é muito importante que seja mantido o salário na Saúde. Existem jornadas diferenciadas, plantões noturnos, e nós que estamos trabalhando na Saúde, nós não estamos no Gabinete. Subsídio é para quem está no Gabinete. Nós todos aqui, nós servidores que estamos na rua, recebemos salário. Somos trabalhadores, está certo? Então acho que é muito importante nos lembrarmos disso. (Palmas)

Então, gostaria só de falar, assim, que o grande mérito do PL 311 foi justamente sair no *Diário Oficial* que Administração gasta 33% do Orçamento - está lá no *Diário Oficial* do dia, acho, 26 de junho -, que então existe ainda uma fatia, uma margem boa para dar reajuste salarial para todos os colegas aqui. Obrigada. (Palmas)

**P** - Muito obrigado.

**A SRA. SÍLVIA MARQUEZAN** - Bem, acho que Christy me conhece bastante. Sou servidora admitida da Prefeitura Municipal de São Paulo pela Lei 9.160/1980, e fazíamos, Christy, naquela época, teste de seleção também, sabe? Nós fizemos. E a lei dizia que tínhamos de, a cada três anos, a Prefeitura tinha de fazer concurso. E muitos de nossos colegas fizeram concurso. Tenho até algumas colegas aqui que foram admitidas e hoje são efetivas. Outros não tiveram oportunidade. De qualquer forma, a Constituição nos deu estabilidade e estamos aqui hoje, nós existimos. E se essas categorias de especialistas estão sendo rebaixadas nas suas atribuições, na sua remuneração, imaginem o servidor admitido que ganha 1/3 do que ganham os colegas efetivos.

Então, se você vai efetivar o pessoal do HSPM, que fez teste de seleção, estou reiterando que pedimos há um ano e meio para vocês que também nós tenhamos a

equiparação salarial, já que existe até trânsito em julgado, um processo jurídico onde uma servidora não estável ganhou direito à promoção e à progressão por antiguidade. Então acredito que, se você vai fazer, se vocês vão fazer, Governo vai pensar em efetivar celetista, que pense também no servidor admitido, que ganhamos 1/3; o servidor de nível superior ganha como o nível médio hoje; o servidor de nível médio admitido ganha como nível básico do efetivo; e o nível básico, Christy, ganha abaixo do salário mínimo. (Palmas) Então esses servidores hoje são 7 mil, são 700 agora, de nível superior, trabalhamos tanto quanto. Na hora de trabalhar, trabalhamos tanto quanto - não é, Felipe? Somos da mesma equipe. Tenho pós-graduação em questão de políticas públicas sociais, trabalho numa equipe de avaliação e monitoramento da gestão do SUAS - Sistema Único da Assistência Social; sou jornalista; estou me graduando em Serviço Social para ver se consigo criar a GDA, que nem isso ganhamos. E também tenho essa pós-graduação, paga pelo Governo, de gestão de políticas públicas sociais. E mais 760 horas de cursos validados pela Prefeitura. Acho que se isso não autoriza, eu acho que pelo menos aquilo que está lá na Justiça, que já transitou em julgado.

Era isso o que tinha para falar. Obrigada. (Palmas )

**P** - Muito obrigado.

Sr. Alexandre Elias.

**O SR. ALEXANDRE ELIAS** - Sr. Presidente da Comissão, Mario Covas Neto, Sr. Chefe de Gabinete, Christy Pato, demais integrantes desta Mesa, assessores, servidores da Casa e membros da plateia, boa tarde a todos.

Meu nome é Alexandre Elias, sou Coordenador da Comissão de acompanhamento do PL 311/ 2014, dos estudantes formados em gestão de políticas públicas da Universidade de São Paulo. Hoje contamos com aproximadamente 70 membros nessa Comissão. Nosso objetivo é acompanhar todo o trâmite desse PL 309/14, aqui nesta Casa. Não quero adentrar no mérito que é a discussão entre os servidores atuais e o Governo, as reivindicações que estão sendo feitas.

Pois bem, o PL, como está redigido, nos parece muito bem elaborado, tá? Essas duas novas carreiras são de suma importância para a Administração Pública. Temos uma preocupação específica quanto a um dos artigos do PL, que é o §1º do artigo 13, o qual vou ler na íntegra: "Os concursos públicos para provimento dos cargos de Auditor Municipal de Controle Interno e de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental poderão ser realizados por áreas de especialização na forma estabelecida no respectivo edital de abertura do certame, de acordo com as necessidades da Administração".

Então, gostaria de me posicionar que, se o concurso for para áreas específicas, que a formação do gestor de políticas públicas estivesse presente. São diversos cursos hoje de GPP no Brasil. Nos últimos 20 anos, foram abertos vários, temos vários no Brasil; e, aqui no Estado de São Paulo, temos na Universidade Federal do ABC e na Universidade de São Paulo.

O curso de GPP é um curso interdisciplinar que tem como objetivo formar profissionais para atuarem na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Hoje diversas universidades mantêm esses cursos e temos em mente que os concursos na área de gestão de políticas públicas e controle interno são exemplos na esfera federal. Por exemplo, no concurso de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Governo Federal e na CGU.

Quanto ao concurso de especialista em políticas públicas e gestão governamental, que foi falado aqui a despeito da experiência, o TCU barrou esse concurso, uma vez que a experiência em concurso público não pode ter mais peso do que a avaliação objetiva. Então o concurso foi barrado, esse concurso está barrado hoje.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**R** - Então, nossa proposição é favorável ao projeto e pede a esta Casa que em havendo áreas específicas para tais concursos, que os cursos de gestão de políticas públicas não sejam esquecidos no edital do certame. (Palmas)

**P** - Muito obrigado.

A Sra. Margarida Genofre.

**A SRA. MARGARIDA GENOFRE** - Bem, *last but not least* - para citar minha origem britânica, a última, mas não menos importante - gostaria de cumprimentar toda a Mesa... Não? Falaram-me que eu era a última, a Mesa informou aqui que eu era a última, mas tudo bem, não tem importância.

Deixa eu aproveitar meu tempo com o que interessa. Sou representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, cuja base tem mais de 90% composta de servidores da Educação, sim, mas temos também representação em outras Secretarias. Portanto, a Aprofem está aqui para reiterar, mais uma vez, sua posição contrária a esta proposta do Governo. (Palmas) Até porque eu já disse isso em mesas de negociação: onde passa o boi, passa a boiada. (Palmas)

Então, o pessoal da Educação não vai baixar a guarda por conta de dizer que podemos ficar tranquilos, como Christy usou a expressão uma vez em mesa de negociação, falando com o pessoal da GCM. Ele disse: "Fiquem tranquilos, não é para vocês o subsídio". E ontem ele disse: "Fiquem tranquilos, não é para a Educação". Portanto, os outros não têm de ficar tranquilos, não é?

- Manifestações na galeria.

**R** - Então, somos contra, sim. Em que pese a audiência pública de hoje ser especificamente do PL 311, vamos lembrar que isso tudo pacote. É um pacote de uma proposta de Governo, não é a proposta de Estado, é uma proposta de Governo que quer enfiar goela abaixo de nós a remuneração do subsídio; que quer estragar as carreiras que hoje temos, como já estragou a carreira da Educação - que passou aqui nesta Casa. E faço uma advertência a todos nós aqui: o Prefeito tem maioria nesta Casa. Portanto, esta Comissão de Administração, que julga o mérito dos PLs que vem para cá, no quesito Administração Pública, tem uma responsabilidade maior ainda em relação a esses projetos que estão vindo. São projetos que desestruturam toda uma carreira.

Mesmo os que se pronunciaram favoravelmente ao projeto, são mais ou menos, não é tão bem. Ontem havia uma divisão fabricada em relação ao PLO. É fabricada.

Nós não somos servidores contra servidores, absolutamente. Ninguém está contra a melhor remuneração para quem quer que seja. Ressalto ainda que o grande mérito do PL 311 está na justificativa quando diz que tem dinheiro. Esse é o único mérito do PL. Só essa justificativa que é boa no PL, de resto todo o pacote – e viremos aqui quando vier o da Saúde também -, vamos dizer: continuamos contrários. Queremos negociar com o Governo sim. E não queremos só que venha para a Câmara dessa maneira.

Para concluir, me pediram para fazer uma inclusão: que o Conselho Federal de Administração já tem regional de administração e já tem um parecer contrário a essa divisão, até porque no PL 312 já existem essas disciplinas incluídas. Quer dizer, os próprios servidores de carreira, já concursados, experientes, podem dar conta dessa tarefa que está sendo proposta.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra a Sra. Maria Celina.

**A SRA. MARIA CELINA** – Vou ser bem rápida. Meu nome é Celina e sou aposentada da Secretaria da Saúde.

Quero dizer que concordo com o companheiro que falou que isso é uma afronta, porque na verdade se fala muito em participação popular, da importância da participação e vocês estão fazendo tudo na calada da noite. E não fazem discussão.

Quero dizer o seguinte: hoje, a Secretaria da Saúde, o gabinete está transformando a Saúde no caos. E isso todo mundo sabe, os movimentos, todos sabem que a Secretaria está assim. As pessoas que estão lá no gabinete, que são os especialistas, não tem vivência, não conhecem a Prefeitura, então estão fazendo uma péssima administração. Aqueles que estavam lá, que eram os históricos da Saúde Pública foram obrigados a sair, porque não tiveram condições de continuar na Saúde.

Então essa proposta dizendo que vai contratar especialistas, gestão e tudo mais, é uma grande furada. O pessoal não conhece a máquina pública, não tem vivência, porque quem trabalha ali na base, como disse, é o pessoal que tem vivência, que conhece e que sabe. E aqui ninguém tem vivência, vocês vão contratar pessoas que não tem nenhuma experiência.

Hoje em dia o trabalhador municipal dá o sangue para poder segurar toda a incompetência das secretarias. Para começar, vocês deveriam tirar esses secretários que são incompetentes, que fazem os trabalhadores ficarem trabalhando como uns loucos.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado, Dona Celina. Parabéns pela intervenção, inflamou todo mundo.

Tem a palavra o Sr. Dorival Caldeira.

**O SR. DORIVAL CALDEIRA** – Boa tarde a todos. Sou funcionário aposentado, Contador, especialista, e quero falar um pouquinho na palavra dos colegas Pedro e César, pois desde 85 fui servidor público ativo. E a partir de 2010 estou aposentado.

Quero lembrar que fui o primeiro auditor geral da Secretaria Municipal de Finanças e era contrário que a Auditoria estivesse subordinada à Secretaria de Finanças. Tal foi a minha felicidade quando, na entrada desta nova gestão, transformou ou tirou a Auditoria Geral ou para esta nova Secretaria chamada CGM.

Pedro, você ficou um pouco constrangido de estar aqui, mas não fique meu amigo. Você está exercendo a plena cidadania. E é importante lembrarmos o artigo 37 da Constituição. Você está dentro da legalidade, dentro da impessoalidade, está fazendo o processo da publicidade, o processo da moralidade, que não é o que estamos vendo aqui.

E o processo da publicidade é o que diz a Constituição Cidadã: tem de haver transparência. E o processo da eficiência, Sr. Vereador, colega de profissão, Contador, que foi muito feliz em sua observação dizendo que os partidos que assumem o Executivo são transitórios e nós, como funcionários públicos, mesmo os aposentados, eu percebo um valor da Prefeitura por mérito de um concurso público.

E quero dizer com muita indignação, até o mês de maio do ano passado, eu estava na Prefeitura de Jundiaí como Diretor do Departamento de Planejamento e lá, no primeiro ano de gestão desse novo Governo, houve 8% de aumento. No outro ano mais 8% de aumento.

E é importante dizer que perdi o meu cargo de Auditor Geral porque mexi numa coisa que mexe com a Administração. Se os Srs. contadores olharem restos a pagar não processados, que é uma falácia no nosso balanço, se tirarmos o montante de restos a pagar não processados, Honorino, o bolo que você disse vai dar para pagar sim.

E é importante dizer, Sr. Vereador, volto a corroborar com sua palavra quando falou que o PL 311, primeiro, excluiu a Auditoria Geral, que é papel da Auditoria Geral, e depois, por exemplo, eu fui professor na gestão anterior, formei vários colegas em pós-graduação nas subprefeituras.

Estive em São Miguel Paulista, Lapa, Casa Verde, Butantã e que o que se faz com essas pessoas? Somos ou não somos qualificados?

Então acho que precisa repensar esse PL 311. É o momento desta Administração rever esse PL com as entidades que nos representam, conversar e verificar a possibilidade de nos incluir nesse processo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra a Sra. Silvana Santo Paolo.

**A SRA. SILVANA SANTO PAOLO** – Boa tarde a todos. Quero falar um pouco da minha experiência enquanto Arquiteta da Secretaria da Cultura – minha Coordenadora está presente também -, e é o seguinte: pelo fato de ter participado dos projetos de vários equipamentos culturais ao longo da minha vida profissional e de ter coordenado esses projetos, ter acompanhado suas execuções, avaliações pós-uso, quando entrou esse novo Governo, a nossa equipe foi convocada para justamente participar da elaboração das políticas culturais.

Isso quer dizer o quê? Que temos alguma experiência nisso. E essa experiência

veio do conhecimento próprio da profissão e do conhecimento da Cidade, porque esses equipamentos são implantados em locais da periferia e vamos a esses locais, acompanhamos as necessidades e carências. Nós somos propositores, não fazemos só o projeto. Nós propomos depois de conversas exaustivas com usuários – isso faz parte da nossa prática -, nós temos carência sim. Precisamos de equipes maiores sim, mas equipes que venham com gente jovem, que se forme nessa perspectiva do serviço público. Não com chefe que despencou do céu e não tem conhecimento da Cidade.

Para dar um exemplo do que pode vir por aí, o filho de uma amiga minha muito querida, que se formou agora em arquitetura, quando viu esse PL 311 falou: oba, não tem exigência, basta ser nível superior, eu vou prestar e vou começar com nove mil, olha que legal. É esse tipo de mentalidade que está sendo criada com esse PL.

Então acho que tem de ter mais concurso público com salário efetivo, digno para todo mundo e quem for mais capaz e for evoluindo na própria carreira, fazendo cursos e tendo essa experiência constante com a Cidade e com a própria profissão dentro da Cidade, vai galgando os postos de maior responsabilidade e com maior remuneração também. Não só com o reajuste por causa da inflação, mas realmente pelo mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado. Acabaram as inscrições.

Passo à leitura de um documento que chegou à Comissão, assinado pelo coletivo do nível universitário da Prefeitura Municipal de São Paulo.

- É lido o seguinte: (Ofício solicitando a retirada do PL 311/14)

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Tem mais um, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Também vou pedir para encaminhar uma cópia e, finalmente, acaba de chegar às minhas mãos um ofício dirigido à Comissão de Administração sobre o PL 311, assinado por Cláudio Fernando Fagundes Casas, que é sociólogo da SAS Butantã.

Ficou evidente nas falas dos representantes de Sempla e da Controladoria o desconhecimento das práticas de gestão e auditoria atualmente realizadas no Município.

Antes da criação de novas carreiras, é preciso demonstrar conhecer o que é feito; quais os entraves existentes para realizar o que se deseja no serviço público no sentido da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, em equipes multidisciplinares, capazes de atuar com transdisciplinaridade.

Assinado Cláudio Fernando Casas.

Também vou tirar uma cópia e encaminhar para V.Exa. (Palmas)

Com a palavra o Christy para fazer as observações pertinentes ao que foi dito pelos participantes.

Obrigado.

**O SR. CHRISTY** – Como vou fazer mais comentários, vou pedir que a Dra. Laura comece primeiro sobre as questões da carreira de Auditor de Controle Interno.

**A SRA. LAURA** – Bom gente, rapidamente, eu queria responder a pergunta feita pelo meu colega de Controladoria, a respeito se vocês vão continuar fazendo auditorias: sem dúvida alguma. As auditorias contábeis continuarão sendo feitas pelos Auditores Fiscais, como sempre foram.

Aqui faço um registro muito importante: a atividade de controle da Administração Pública vai muito além da noção de auditoria. Existem muitas formas e ferramentas voltadas à implementação do controle da Administração Pública, inclusive, aquelas tendentes ao aperfeiçoamento do controle social, ferramentas voltadas ao diálogo entre a sociedade e a

Administração Pública.

Portanto, a Controladoria não está estruturada unicamente no setor de controle interno. Nós agregamos, também, a função de Ouvidoria e de promoção da transparência que é, absolutamente, imprescindível para qualquer exercício de controle social que se pretenda levar a termo e, também, a função de Corregedoria, voltada ao controle da atividade dos agentes públicos propriamente ditos.

Mais uma vez, reafirmando que se trata de campos de atuação afins, porém, distintos.

Obrigada.

**O SR. CHRISTY** – Só complementando: alguém falou que são distintos de salários.

De fato, a carreira do Auditor Fiscal Tributário, hoje, o salário inicial com a produtividade fiscal, que foi elevada por esta Gestão neste ano para o início de carreira, é da ordem de 13.900 a 14 mil, e o final de carreira do Auditor Fiscal Tributário que é a parte 9, portanto, tal como final de carreira proposta Auditor de Controle Interno, com o tempo que leva para chegar ao final de carreira, com quinquênios e sexta parte, padrão e a produtividade, é de 22.775 reais. Então, ele está até um pouco acima do salário final proposto para a carreira do Auditor Fiscal de Controle Interno, mantém-se uma certa equiparação entre as escalas espelhos das duas carreiras.

Pois bem. Com relação ao Gestor dentro do 311. Vou falando na ordem das pessoas que se pronunciaram.

A Márcia estava discutindo falando que o projeto não foi apresentado às entidades.

Vou abrir a cláusula do Simp: “A Administração Municipal assume o compromisso de não encaminhar matérias relativas aos direitos dos servidores à Câmara sem que tenham sido objeto de tratamento pelo Simp”.

O PL 311 não afeta nenhum direito do servidor. Ele cria carreiras distintas, que não têm relação nem afetam o direito do servidor. Ainda assim, no ano passado, em mesa central,

foi anunciado aos servidores que seria enviado, sim, à Câmara, um projeto de lei criando essas duas novas carreiras. Mas é uma decisão de Governo, de uma Administração que quer fortalecer uma carreira específica de Estado e não havia necessidade, tão pouco pelo protocolo de debater os detalhes desta carreira.

Dito isso, como vários colocaram, o 312, que aí, sim, afeta as carreiras existentes foi longamente debatido na mesa de negociação.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CHRISTY** – Tanto foi debatido que vocês mesmos se referiram a discussões que tivemos em inúmeras ocasiões.

Com relação à questão do demonstrativo RLF versus a Lei 13.303, a Márcia que já trabalhou longamente com isso em RH, já fez esse debate dentro da entidade, são demonstrativos distintos. A RLF tem um algarítimo de cálculo, cujo resultado é de 33%. Esse critério é da lei, hoje, em torno de 42%. Ninguém está burlando nenhum dispositivo legal. São leis distintas com demonstrativos.

Com relação ao bolo que o Onorino citou, o PL 312 vai custar, neste ano, 95 milhões; no ano que vem, 170 milhões; em 2016, 258 milhões. Esses são os valores. Ninguém está falando que não tem dinheiro para resolver as carreiras de nível superior. Cem milhões; 170 e 260 milhões para – attem – todos os atuais integrantes ativos e inativos do plano de cargos, carreiras e salários de nível superior totalizam 3,5% do total do funcionalismo. A Saúde em que temos 30 mil servidores tem um projeto, neste ano, que vai custar 158 milhões; o projeto de vocês, o 312, irá custar 95 milhões para 3,5% dos servidores. Com isso, nós vamos conseguir, paulatinamente, até o final da Gestão, duplicar os salários iniciais das carreiras de vocês, que tanto reclamam.

Outra questão com relação à lei salarial, que tantos falaram aqui, está em protocolo firmado, vai ser constituído um GT formado por integrantes das entidades, do Governo, para debater a revisão da lei salarial. Os termos do protocolo são públicos.

Com relação à confusão, os 30 mil servidores da Saúde, todas as entidades sindicais da Saúde, assinaram protocolo a favor do subsídio e do PL que está sendo enviado à Câmara.

Falaram que estou distorcendo as perguntas, mas distorceram minhas palavras.

Falaram que, ontem, eu teria dito que estava retirando da Educação a questão do subsídio. Não estou retirando algo que não está posto. Apenas discuti, em plenário, ontem, que o debate do PL em questão, que institui a carreira de subsídio, não diz respeito à carreira da Educação, em cujo quadro nos últimos anos já teve 119% de reajuste acumulado. Nós não estamos debatendo reestruturação de uma carreira que já foi reequilibrada. É, simplesmente, isso. Estamos debatendo reestruturação de carreiras que ainda não foram reequilibradas.

Uma questão que vários falaram e que diz respeito à confusão de ser Gestor e ser o Especialista. A Patrícia, por exemplo, é Geóloga. Na lei vigente, as atribuições são de realizar levantamentos geológicos e geofísicos, coletar, analisar e interpretar dados, realizar vistorias técnicas em áreas específicas em todos os seus aspectos geológicos, caracterizar e medir parâmetros físico-químicos, pesquisar mapas, elaborar relatórios técnicos, e outras afeitas à área.

Ela e a Silvana, como Arquiteta, alegam que também exerceram a atividade de Gestor na Administração. Pelo cargo que ocupam e não, pela carreira. Vocês sabem mais do que eu. Se tem cargos de estrutura nos quais se assume responsabilidades de gestão em determinados equipamentos. Tanto que em muitos há provimento de cargo amplo, determinadas funções e atribuições, e outros, de livre provimento.

Então, essas atribuições não são da carreira, mas, sim, do cargo.

Hoje, por exemplo a Cogep, dentro da Sempla. Você tem uma quantidade enorme de servidores que estão desenvolvendo as atividades que seriam de Administrador, Economista, e, no entanto, são AGPPs. Isso faz deles Especialistas em Administração, Orçamento e Finanças? Não. Eles apenas estão ocupando atribuições que não estão na

carreira deles. É distinto.

É disso que estamos falando: atribuições que estão na carreira e que não estão afeitas à discussão que estamos falando do PL 311, que são atribuições mais amplas de gestão.

A Regina falou que dentro da Secretaria de Verde e Meio Ambiente tem-se os Biólogos, que ela invoca como uma carreira de Estado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CHRISTY** – Ao mesmo tempo, vários se pronunciaram contra o subsídio, dizendo que ele é só para carreiras de Estado.

Bom, tem que decidir se essa carreira é ou não de Estado. Mas no nosso entender, não é atrelado apenas a carreiras de Estado a remuneração por subsídio. São várias as carreiras. Tem carreiras da Saúde que são remuneradas por subsídio em outros entes federativos.

O Cássio estava falando que no PLO debatido ontem estaríamos, supostamente, fazendo a lei retroagir a momento ao qual não lhe é condigno. Não é isso, Cássio.

O ponto é: hoje, a carreira do Procurador, o cálculo da sexta parte é só sobre o padrão, hoje. Há um debate no sentido de que a redação atual da Lei Orgânica está dúbia e, embora a carreira do Procurador hoje só tenha a sexta parte calculada sobre o padrão, há um debate no TJ se ela deve ser calculada sobre a totalidade dos vencimentos, tal qual é calculada a sexta parte em outras carreiras.

A PGM é que sugeriu aquele desmembramento para manter a decisão do TJ, para dissipar essa dúvida: não. A carreira do Procurador tem a sexta parte sobre o padrão. E, por isso, tem que ter aquela vírgula, salvo exceções na lei. Se eu tirar aquela vírgula, automaticamente, estarei aumentando o salário dos Procuradores, porque vou dar o cálculo da sexta parte deles sobre os vencimentos integrais – a Dra. Laura que me desculpe -, mas não estamos debatendo reestruturação e aumento salarial dos Procuradores.

O Onorino tinha falado sobre o valor que está sendo empenhado para o PL 312. Se formos fazer proporcionalmente ao total dos servidores é bem significativo.

A Jamile havia feito uma discussão sobre essa questão de cargo de gestão versus o cargo da carreira, sobre a qual já respondi no debate com a Patrícia.

A Margarida fala que o Governo está colocando guela abaixo. Eu não sei como é que pode ser guela abaixo se, como eu disse, todas as entidades da Saúde assinaram o protocolo em favor do subsídio.

A Silvana fala em perda de integralidade dos vencimentos dos aposentados. Isso não está em questão. A regra de migração para o ativo e o inativo é exatamente a mesma. Não tem rompimento de integralidade de vencimentos.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Em vários casos, aliás, os vencimentos dos aposentados serão substantivamente melhorados com...

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Vocês sempre invocam que eu não conheço a carreira. Então, vamos ver se vocês conhecem o fato de que muitos servidores, na hora de se fazer o cômputo da média para a aposentadoria, ficam sem ganhar determinada gratificação e várias outras coisas. Ou seja, na hora de se aposentar, esse servidor é prejudicado porque não leva uma série de gratificações.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Então, vamos discutir o que está na Casa, agora, o PL 311, há audiências, salvo engano, sobre o PL 311. A questão dos 800 cargos não é uma questão de: “Ah, vamos imediatamente fazer concurso para 880 gestores e auditores de controle municipal interno”. Em todas as carreiras, criam-se os cargos e vão se fazendo os concursos ao longo dos anos. Não há nenhuma relação para se fazer concursos de imediato.

**O SR. GILSON BARRETO** – Dr. Christy, por que essa mudança de especialista para analista? E, se os procuradores, posteriormente, entrarão também no subsídio.

- Aplausos na galeria.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Nobre Vereador Gilson, a carreira do

Procurador ainda não está em debate na mesa de negociação.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. GILSON BARRETO** – Mas eu só quero saber qual é o pensamento do Governo.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Aliás, não nos esqueçamos que temos um protocolo que escalonou quais as carreiras que estão em debate. Neste ano, estamos debatendo a carreira do nível superior, a Guarda, o agente vistor e a Saúde.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Com relação à discussão especialista versus analista, no meu entender, aqui é uma discussão apenas etimológica. Se vocês preferem um outro nome, não há problema algum. O cerne da discussão são as atribuições, o debate, as disciplinas.

O PL 312, como disse, vai custar muito mais, proporcionalmente, do que vai custar o PL da Saúde, para um universo muito menor de servidores.

**O SR. GILSON BARRETO** – Não sei se o senhor teve tempo, de ontem para cá,... a respeito do ponto digital, dos dois pregões que a Prefeitura fez, primeiro para 150 mil funcionários e, depois, reduziu para 40. Fiz um requerimento ao Tribunal solicitando a suspensão dos dois pregões e também a informação de quais funcionários serão inseridos nesse ponto eletrônico.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Peço desculpas ao nobre Vereador, mas como estava me preparando para a audiência do PL 311, não tive tempo de levantar essas questões de ontem para hoje.

**P** – Mandei por escrito. Se o senhor puder acelerar, agradecemos.

**A SRA. JAMILE** - A minha questão é a seguinte: gostaria de saber se há alguma entidade com foro privilegiado de informação. Pergunto isso porque estou sendo consultada por pessoas que nem conheço, via *e-mail*, me perguntando sobre o PL que vai sair em janeiro de 2015 para a Saúde, e dizendo que já estão sendo assediadas por algum sindicato para que concordem a fim de que esse PL saia o mais rápido possível.

Acho isso extremamente complicado, desagradável e acho que não existe transparência nesse processo. (Aplausos)

**A SRA. PATRÍCIA** – Meu nome é Patrícia, do Sindicato dos Geólogos. Estamos aqui debatendo o 311, mas vou fazer minhas as palavras da colega aqui. Como é o único

fórum, já que as mesas foram suspensas e o debate agora está nesta Casa, temos falando insistentemente que se isso fosse computado também em horas trabalhadas, olhem o quanto a Prefeitura de São Paulo está perdendo porque todos aqui estão deixando de trabalhar!

Estamos ouvindo, no Colégio de Líderes e nas audiências, que o Governo vai abrir novamente a negociação para o 312, inclusive que os Engenheiros e Arquitetos foram retirados do 312. Eu exijo, da mesma forma, transparência. O Governo vai negociar com as outras entidades também? Era isso que eu queria saber. Qual é a estratégia? Qual é o procedimento? (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – A ideia da audiência pública é exatamente para permitir essa integração e ouvir as opiniões de todo mundo. Por isso que eu insisto sempre para que se respeite quem está falando.

Por favor.

**A SRA. DENISE** – Meu nome é Denise, trabalho na Secretaria Municipal de Habitação, sou Engenheira.

Vendo toda essa discussão, quero só deixar registrado que a partir de amanhã – já avisei, mas agora está sendo gravado, que vou retornar às minhas atividades de simples Engenheira, fiscal de processo. Peço ao meu Secretário que me dê um contrato de favela, que eu adoro trabalhar com isso, para trabalhar com a população e não fazer mais o que eu faço com toda a qualificação que eu tenho.

Muito obrigada. (Aplausos).

**O SR. FELIPE** – Sou Felipe.

Desculpem-me pela insistência e com todo respeito ao Christy, ele costuma responder aquilo que lhe interessa responder. (Aplausos)

Infelizmente tenho que dizer isso, porque temos experiência de algumas outras audiências públicas. Então, não perguntei – isso eu já sabia, qual é o procedimento do Governo a respeito da lei salarial. A pergunta que eu fiz foi bem específica e pode ser respondida com “sim” ou “não”. A pergunta é: o Governo se compromete com uma lei salarial que garanta a reposição inflacionária anual? Foi só essa pergunta: sim ou não? (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Christy.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Vou começar pelo final. Comprometo-me com o que está em protocolo assinado por todas as entidades. Leiam o que

vocês assinaram!

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Vou recapitular para vocês, então, o que está no protocolo e que as suas entidades assinaram. Se vocês têm problemas com as entidades, com as representações... Os sindicatos gerais assinaram o protocolo e os sindicatos gerais que assinaram o protocolo concordaram com: vamos constituir um grupo de trabalho formado por Governo e sindicatos para debater a revisão da lei salarial. É esse o compromisso que nós, Governo, e as entidades assumimos.

A Patrícia fala de uma discussão da Câmara. Essa é uma discussão do Colégio de Líderes. Eu, Governo, não sei de nada do que está acontecendo nesse debate.

Quanto à questão da Jamile, o Governo não está debatendo a reestruturação das GPPs. Não estamos. No ano passado, reajustamos as GPPs em 42%. Agora, não estamos debatendo a reestruturação. Não sei que debate é esse que vocês estão vendo. Afirimo, o Governo não está debatendo a reestruturação da GPP agora. O Governo está debatendo a reestruturação do PCCS e INS.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Vocês têm que discutir isso com o Sindsep.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Senhores, estou disposto a esclarecer questões de Governo. Questões internas com sindicatos, não tenho condições de responder.

- Manifestações fora do microfone – inaudível.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Agradeço a paciência de todos e as intervenções.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Senhores, agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.

Estão encerrados nossos trabalhos.